

Telejornais pernambucanos e a ausência do termo racismo ambiental¹

Carina Barros Lins²

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes³

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE

RESUMO

O presente trabalho discute a ausência do termo racismo ambiental nos telejornais pernambucanos ‘Balanço Geral’, da Record TV, e o ‘NE TV’, da Rede Globo, em relação à tragédia das enchentes e deslizamentos de barreiras, que ocorreu em maio de 2022 na Região Metropolitana do Recife. Como abordagem teórico-metodológica, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2008 e Van Dijk, 2015). Também nos apoiamos em Chavis Jr (1994), Bullard (2004) e Acselrad et al. (2009) para refletirmos sobre o termo racismo ambiental. Numa análise preliminar, verificamos que não houve a discussão sobre a influência do racismo ambiental nessa tragédia.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo Ambiental; Cobertura jornalística; Recife; Pernambuco; Mudanças climáticas

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as mudanças climáticas ocorrem no mundo. Historicamente as alterações do clima são naturais conforme cada região do planeta. No entanto, nos últimos anos, a interferência humana no meio ambiente tem contribuído negativamente para a aceleração do aquecimento global e a intensificação do efeito estufa. Esses fatores interferem nas mudanças climáticas e resultam em inundações causadas por chuvas intensas, secas, ondas de calor e entre outros fenômenos (Girardi *et al*, 2018).

A Região Metropolitana do Recife é um exemplo desses efeitos, pois a região é marcada por desastres ambientais associados ao clima. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), divulgado em 2022, a capital pernambucana ocupa atualmente a 16ª posição no ranking de cidade mais vulnerável aos

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (Perspectivas contemporâneas de pesquisa a partir do Jornalismo Ambiental), evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na UFPE, e-mail: carina.lins@ufpe.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE, e-mail: isaltina.gomes@ufpe.br

efeitos da mudança do clima no mundo (Greenpeace, 2022).

Ao considerar esses fatores, esta pesquisa utiliza como recorte os seguintes desastres socioambientais ocorridos no Recife e região metropolitana: as cheias emblemáticas dos anos de 1966 e 1975 para contextualizar a mais recente tragédia de 2022, que deixou cerca de 134 mortes por deslizamentos de barreiras e enchentes, além de mais de 130 mil pessoas afetadas, entre mortos, desabrigados e desalojados (Moraes; Ferreira, 2023). Nesse cenário, grupos minoritários e populações de baixa renda são os mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas. Por isso, entendemos que o debate sobre o racismo ambiental torna-se pertinente para o desenvolvimento de pautas públicas para a sociedade, visto que os desastres ambientais no estado de Pernambuco acontecem ano após ano (Nóbrega, 2022) e o cenário de dor e o adensamento da desigualdade social continua se agravando.

Outro aspecto levado em consideração é a previsão da Agência Pernambucana de Águas e Climas (Apac) que identificou a maior severidade de precipitações entre os dias 25 e 28 de maio de 2022. Esse aviso e alerta de chuva foi repercutido para os órgãos públicos e para a sociedade civil (Silva *et al.*, 2023). Nesse sentido, permite inferir que a tragédia das chuvas foi anunciada. É com esse enfoque que desenvolvemos a nossa pesquisa com o objetivo de discutir a ausência da discussão sobre o racismo ambiental na cobertura jornalística dos telejornais locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como base teórica, utilizamos Chavis Jr (1994), pioneiro do termo racismo ambiental. O autor menciona que a prática ocorre quando há uma “discriminação racial na formulação de políticas ambientais e aplicação de regulamentos e leis, com o direcionamento deliberado de comunidades de cor para instalações de resíduos tóxicos (...), (p. xii)”. No entanto, para entender a discussão de forma contextualizada também nos apoiamos em Bullard (2004), que menciona a relevância do Movimento da Justiça Ambiental, surgido na década de 1980 nos Estados Unidos.

Segundo Bullard (*apud* Acselrad *et al.*, 2009, p.16), “o movimento pedia um tratamento para que nenhum grupo étnico, racial ou de classe, deva suportar consequências ambientais, resultantes de operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais (...)”. Na época, já se tinha um entendimento de que os grupos

minoritários eram os mais afetados por desastres ambientais ocasionados pelos efeitos da interferência humana com os territórios e o meio ambiente. Assim, Bullard já contestava a ausência de políticas públicas na percepção da problemática. “Porque algumas comunidades são transformadas em depósitos de lixo enquanto outras escapam? Porque as regulamentações ambientais são vigorosamente aplicadas em algumas comunidades e não em outras? (...)” (Bullard, 2004, p.42).

Nessa discussão, notamos que, no Brasil, as mudanças climáticas impactam a população de forma desigual. Por isso, contextualizamos a discussão com Acelrad et al. (2009) para justificar por que a ausência de políticas públicas interferem em áreas de maior privação socioeconômica habitados por grupos minoritários. Nesse sentido, enxergamos que é nos bairros periféricos, com déficit habitacional, que as enchentes e deslizamentos acontecem com mais frequência e ameaçam a vida das pessoas.

METODOLOGIA

Como a pesquisa destaca a importância de verificar a discussão sobre racismo ambiental para compreender as práticas sociais e discursivas do jornalismo na sociedade, optamos por utilizar a Análise Crítica do Discurso (ACD) a fim de investigar como funcionam as relações entre os discursos ideológicos em diferentes esferas da sociedade. Como propõe Fairclough (*apud* Melo, 2009, p.3) o discurso pode ser entendido “a partir de uma perspectiva psicossocial, tanto propenso ao moldamento ideológico e lingüístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas (...)”. Ou seja, as escolhas das palavras ou a forma como as pessoas se expressam na sociedade deixam explícitos em várias esferas sociais os discursos ideológicos. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2008, p. 90-91).

Para entender como a mídia controla o conhecimento de forma restritiva para públicos com diferentes realidades políticas e sociais nas relações sociocognitivas, utilizaremos Van Dijk (2015). O autor aponta que “[...] a mídia jornalística decide quais atores serão apresentados na arena pública, o que será dito deles e, em especial, como será dito” (Van Dijk, 2015, p 74). Sob essa perspectiva, selecionamos para nossas análises as reportagens dos jornais televisivos locais de diferentes emissoras, que são os programas do ‘Balanço Geral’ 2ª edição (afiliada da Record TV) e o ‘NE TV’ 1ª edição

(afiliada da Rede Globo). Neles, analisamos as reportagens dos dias 25 e 28 de maio de 2022 para verificar a ausência da discussão sobre racismo ambiental relacionada às tragédias climáticas e, assim, posteriormente entender os motivos da omissão da imprensa quanto ao tratamento desse tema.

RESULTADOS

Nos resultados preliminares, a discussão sobre racismo ambiental não foi estabelecida por nenhum dos veículos. Percebemos que, nas coberturas iniciais, o ‘Balanço Geral’ 2ª edição tem caráter sensacionalista, que é identificado quando há uma repetição de elementos imagéticos e narrativos de forma dramática e exagerada, gerando impacto emocional em parte da audiência (GÓES, 2014, p. 35). Já o ‘NE TV’ 1ª edição possui um perfil mais social, caracterizado por disponibilizar a todo momento os números da Defesa Civil dos municípios e buscar, na transmissão ao vivo, as respostas das Prefeituras e do governo estadual. Porém, mesmo recorrendo por respostas dos órgãos públicos, o termo racismo ambiental não foi mencionado por esse telejornal, mesmo já sendo possível identificar um recorte de classe, raça e gênero na maioria das vítimas afetadas pelas enchentes e deslizamentos de barreiras em Pernambuco.

Com isso, enfatizamos que a negação do racismo é uma prática histórica intrínseca que está presente no mundo e a sociedade ainda não conseguiu expelir esse mal por completo. No entanto, não aprofundar o debate relacionado ao racismo quando se entende que os desastres ambientais impactam exponencialmente as vidas das pessoas negras, indígenas e povos tradicionais demonstra como a mídia se omite no combate ao racismo em suas diferentes esferas. Para Van Dijk (2015), o racismo é social e cognitivo, na medida em que os estereótipos étnicos e as ideologias racistas são legitimados e defendidos no discurso. Porém, a ausência da discussão também é um mecanismo para uma perpetuação do racismo no ambiente midiático, social, cultural e econômico.

Também notamos que as coberturas jornalísticas oscilaram entre o sensacionalismo com a espetacularização, fazendo com que a dor e o desespero da população, pela perda de entes queridos e bens materiais, fosse exibida de forma exacerbada. A partir dessa perspectiva, vimos que a tragédia se tornou um grande palco do espetáculo para a imprensa. “Levadas pela concorrência por fatias de mercado, as

televisões recorrem cada vez mais aos velhos truques dos jornais sensacionalistas [...]” (Bourdieu, 1997, p. 73).

Desse modo, compreendemos que, na cobertura jornalística, as práticas sociais e discursivas que envolvem questões ambientais precisam ser tratadas como prioridade para mobilizar o debate público (Silva; Gomes, 2020), mas também enfatizamos a necessidade de um recorte de classe, raça e gênero durante os efeitos das tragédias ocasionadas pelas mudanças climáticas que impactam a vida de grupos minoritários. Pois, como coloca Bacchetta (apud Girardi et al., 2018, p. 19, tradução nossa), o jornalismo ambiental “(...) Deve contribuir, portanto, para a difusão de temas complexos e para a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas”.

Portanto, é importante enfatizar que esses resultados iniciais fazem parte de uma análise mais profunda de uma pesquisa de mestrado e os direcionamentos futuros irão procurar demonstrar os motivos para a ausência da discussão da raça no tocante aos desastres ambientais. Além de enfatizar, a relevância do debate na conjuntura histórica e sociocultural do país.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BULLARD, Robert D. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p.40-68.

CHAVIS Jr, Benjamin F. Preface. In: BULLARD, Robert D., (ed). **Unequal Protection: environmental justice and communities of color**. San Francisco, CA: Sierra Club Books, xi–xii, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

GIRARDI, Ilza. MORAES, Cláudia. LOOSE, Eloisa. BELMONTE, Roberto. **Jornalismo Ambiental teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GÓES, J. C. **JORNALISMO E SENSACIONALISMO: Enquadramento, criminalização da pobreza implicações éticas** *Jornal Cinform*. 2014. 229 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

GREENPEACE. **Tragédia em Pernambuco: abandono e crise climática**. Greenpeace, São Paulo, 02 jun. 2022. Disponível: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tragedia-em-pernambuco-abandono-e-crise-climatica/>>. Acesso: 29 abr. 2024.

MELO, Iran. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. São Paulo, ano 05, n.11. p.1-18, ago. 2009.

MORAES, Katarina. FERREIRA, Cinthia. **Desastre das chuvas em Pernambuco completa um ano com 134 mortes e nenhuma responsabilização**. *Jornal do Commercio*, Recife, 28 Mai. 2023. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/05/15468725-desastre-das-chuvas-em-pernambuco-o-completa-um-ano-com-134-mortes-e-nenhuma-responsabilizacao.html>> Acesso em: 28 de abr de 2024.

NÓBREGA, Fabio. **Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975**. *Folha de Pernambuco*, Recife, 02 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/maior-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>> . Acesso em: 02 de agosto de 2023.

SILVA, Thiago et al. **Previsão de extremos de chuva em Pernambuco: os eventos de maio de 2022**. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Pernambuco, v.16, n.1, p. 646–671, Jan. 2023.

SILVA, Luciana. GOMES, Isaltina. **Ideologia, jornalismo e meio ambiente**. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 1, p. 53-74, jan.-abr. 2020.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.